

## RESPEITO E VALORIZAÇÃO DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA: um olhar para a formação docente

Ana Cristina Silva Daxenberger<sup>1</sup>

Evaristo Alves de Araújo Junior<sup>2</sup>

Sergio Roberto Silveira<sup>3</sup>

### Resumo

Após vinte e três anos da publicação da Lei 10.639/2003 que traz a obrigatoriedade do ensino da história da África e suas contribuições à cultura, ainda há muitos desafios para a constituição de práticas que respeitem e valorizem às religiões de matriz africana dentro do ambiente escolar. O presente artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão acerca da importância de estudos teórico-práticos na formação docente, seja inicial ou continuada, para o desenvolvimento de práticas antirracistas, sobretudo, de respeito e valorização à cultura e às religiões de matriz africana, trazendo um relato de extensão universitária como possibilidade formativa. Para construção da escrita, considerou-se a perspectiva qualitativa, de cunho descritivo analítico; utilizando-se de estudos bibliográficos e dos registros documentais da extensão universitária, analisados à luz dos fundamentos de uma educação decolonial e reconhecimento da multiculturalidade. Os dados nos permitem afirmar que a extensão universitária pode ser uma grande oportunidade formativa para a quebra de preconceito, rompimento com estereótipos e discriminação, aquisição de conhecimentos e a construção de novas relações sociais.

**Palavras-chave:** Estudos étnicos; Africanidades; Formação docente.

### RESPECT AND VALUE FOR AFRICAN RELIGIONS: a look at teacher training

### Abstract

Twenty-three years after the publication of Law 10.639/2003, which makes it mandatory to teach the history of Africa and its contributions to culture, there are still many challenges to establishing practices that respect and value religions of African origin within the school environment. This article aims to present a reflection on the importance of theoretical and practical studies in teacher training, whether initial or continuing, for the

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela UNESP. Professora Associada IV da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

CV: <http://lattes.cnpq.br/2467412638469336> <https://orcid.org/0000-0002-9101-6205> E-mail: [ana.daxenberger@gmail.com](mailto:ana.daxenberger@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestrando em Letras na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). CV:

<http://lattes.cnpq.br/3010133444255571> <https://orcid.org/0009-0003-7877-812X> [evaristojunior-jp@hotmail.com](mailto:evaristojunior-jp@hotmail.com)

<sup>3</sup> Doutor em Educação Física pela Universidade de São Paulo (USP). Prof. Livre Docente da USP. CV:

<http://lattes.cnpq.br/2538870314384927> <https://orcid.org/0000-0001-9171-0777> E-mail: [ssilveira@usp.br](mailto:ssilveira@usp.br)

development of anti-racist practices, especially those of respect and value for culture and religions of African origin, presenting an account of university extension as a formative possibility. To construct the *fritinha*, a qualitative perspective was considered, with a descriptive and analytical nature; using on bibliographic studies and documentary records of university extension, analyzed in light of the foundations of a decolonial education and recognition of multiculturalism. The data allow us to affirm that university extension can be a great formative opportunity for breaking prejudice, breaking with stereotypes and discrimination, acquiring knowledge, and building new social relationships.

**Keywords:** Ethnic studies; Africanities; Teacher training.

## **RESPEITO Y VALORACIÓN DE LAS RELIGIONES AFRICANAS: Una mirada a la formación docente**

### **Resumen**

Veintitrés años después de la publicación de la Ley 10.639/2003, que obliga a enseñar la historia de África y sus contribuciones a la cultura, aún existen numerosos desafíos para establecer prácticas que respeten y valoren las religiones de origen africano en el ámbito escolar. Este artículo busca presentar una reflexión sobre la importancia de los estudios teóricos y prácticos en la formación docente, tanto inicial como continua, para el desarrollo de prácticas antirracistas, especialmente aquellas que respeten y valoren la cultura y las religiones de origen africano, presentando un relato de la extensión universitaria como una posibilidad formativa. Para la construcción del texto, se consideró una perspectiva cualitativa, de naturaleza descriptiva y analítica; utilizando estudios bibliográficos y los registros documentales de extensión universitaria, analizados a la luz de los fundamentos de una educación decolonial y el reconocimiento del multiculturalismo. Los datos nos permiten afirmar que la extensión universitaria puede ser una gran oportunidad formativa para romper prejuicios, romper con estereotipos y discriminación, adquirir conocimientos y construir nuevas relaciones sociales.

**Palabras clave:** Estudios étnicos; Africanidades; Formación del profesorado.

### **INTRODUÇÃO**

Após vinte e três anos da publicação da Lei 10.639/2003 que traz a obrigatoriedade do ensino da história da África e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, ainda há muitos desafios para a constituição de práticas que efetivamente materializem o que se espera pela referida lei. De acordo com o Dossiê 20 anos da lei 10.639/2003: a Paraíba fez a sua lição? (2023), organizado pela Abayomi – Coletiva de Mulheres

Negras na Paraíba, que teve o objetivo de identificar e compreender o contexto da implementação dos preceitos legais, constatou-se que no estado da Paraíba, ainda há necessidade de se avançar muito no tocante ao respeito e à valorização da cultura afro-brasileira dentro do ambiente escolar. Desafios como a falta de investimento, escassez de materiais, falta de apoio institucional e formação docente são problemáticas frequentes, as quais podemos afirmar não é uma dificuldade somente na Paraíba.

No Dossiê 20 anos da Lei 10.639/2003 (2023), lançado pelo Associação Brasileira de Ensino de História, constatamos também que ainda há muito o que avançar, sobretudo, no tocante à participação ativa dos diferentes atores sociais da escola, como responsáveis pelo processo educativo em uma perspectiva de enfrentamento ao racismo. Já no dossiê Epistemologias da pedagogia antirracista: alternativas ao pensamento hegemônico estrutural (2023), lançado pelo Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Federal do Maranhão, encontramos diversos olhares e estudos sobre ancestralidade, reflexões sobre a necessidade de rompimento com pedagogias dominantes que por anos serviu o modelo social de superioridade entre classes e grupos étnicos distintos, a favor da reprodução social de desigualdade, etnocentrismo e epistemicídio negro. Traz também, reflexões sobre formação docente e a necessidade de se construir um currículo de relações, que conforme Daxenberger, Albino, Sobrinho (2023) se caracteriza pelo reconhecimento dos saberes politicopoéticos de relações interculturais, onde a escola - na qual há tensões e contradições- poderá favorecer a construção da valorização multicultural do/a brasileiro/a. De acordo com os autores "a reconexão ancestral ocorrem por meio da valorização das práticas do cotidiano escolar" (DAXENBERGER, ALBINO E SOBRINHO, 2023, p. 253) e, essencialmente, devem ser consideradas as identidades.

Não obstante, destacamos, que a Resolução 2/2019 do Conselho Nacional de Educação, que trata sobre as diretrizes curriculares de formação docente, aponta elementos sobre os aspectos associados à etnicidade - mesmo que não diretamente - quando apresenta elementos de valorização e respeito à diversidade e multiculturalidade. Assim, está previsto no item de competências gerais de formação docente (BRASIL, 2019, p. 13):

9 - Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.

Vale destacar que concordamos com Ramos (2024) sobre sua crítica à resolução supracitada, pois pode ocorrer na operacionalização de cursos de licenciatura para o preparo técnico docente na efetivação da Base Nacional de Educação Básica (BNCC) (2018), com um modelo tecnicista. No entanto, as competências relacionadas no item 9 de formação geral docente, são importantíssimas para que possamos construir práticas inovadoras no ambiente educacional, reconhecendo o espaço escolar como um universo multifacetado de identidades e culturas. Nesse contexto, a oferta de formação docente, seja inicial ou continuada, com perspectiva de respeito, valorização e reconhecimento dos mais diversos elementos culturais presentes na sociedade, se faz necessário.

Nesse ínterim, o presente artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão acerca da importância de estudos teórico-práticos na formação docente, seja inicial ou continuada, para o desenvolvimento de práticas antirracistas, sobretudo, de respeito e valorização à cultura e às religiões de matriz africana. E considerando a responsabilidade das Instituições de Ensino Superior, no tocante, às ações extensionistas, o presente artigo, também traz o relato de uma atividade de extensão universitária, com o objetivo geral de fomentar a discussão sobre a identidade afro-brasileira e, propor o debate e discussões sobre as práticas de superação de discriminação racial na escola e na sociedade. Todavia, escolhemos, especificamente, tratar aqui, sobre o módulo 5 - Religiosidade de matriz africana, no qual trouxe os elementos norteadores de discussão sobre a religião na perspectiva de direito constitucional (liberdade religiosa) e como fenômeno social com marcas de identidade e enfrentamento à intolerância religiosa.

Para a escrita deste artigo, optou-se pela pesquisa qualitativa, de cunho descritivo analítico, utilizando-se de um estudo bibliográfico e documental, para o qual foram pautados nos pensamentos de autores como Krenak (2020, 2022), Dussel (1980, 2021), Freire (1996), Greiner (2005)

Silva e Daxenberger (2023), Daxenberger, Albino e Sá Sobrinho (2023), Silveira (2014, 2015, 2017, 2021) dentre outros, em fontes primárias e secundárias, e o estudo documental, como os documentos presentes no sistema acadêmico da UFPB: Projeto do curso de extensão, Projeto do curso de formação docente, relatórios do projeto de extensão e do curso de formação docente.

O texto está organizado em 4 partes, além desta introdução: i) o referencial teórico, no qual apresentamos o suporte teórico sobre o formação docente na perspectiva de valorização cultural e decolonial; ii) elementos teóricos que alicerçam religiosidade de matriz africana e o currículo escolar para a superação do preconceito e discriminação religiosa, iii) a extensão como espaço formador, no qual descrevemos as atividades de extensão e seus resultados; iv) as considerações finais, na qual expomos apontamentos essenciais para a formação docente quanto ao respeito e à valorização da religiosidade de matriz africana.

## **FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL E CONTINUADA COM FOCO NA DECOLONIALIDADE**

A formação docente entendida como um processo permanente e multifacetado, exige não apenas domínio de conteúdos disciplinares e didáticos, mas também consciência crítica da construção da nossa história, e um posicionamento político em sociedade sobre o que continua sendo negativo em decorrência da colonialidade. Quando se trata da formação na perspectiva da valorização cultural e decolonial, esse processo se torna ainda mais complexo e exigente, pois demanda do educador a capacidade de problematizar as estruturas sociais, os currículos hegemônicos e os epistemicídios que atravessam a história da educação brasileira.

A formação docente inicial é o momento em que o futuro educador entra em contato com os fundamentos da educação e da prática pedagógica. No entanto, muitas vezes essa formação acontece de forma fragmentada, desarticulada da realidade social e desprovida de reflexões críticas sobre as marcas eurocêntricas em nosso currículo. Sobre esse assunto e passados vinte e três anos da publicação da Lei 10.639/2003, que traz a obrigatoriedade do ensino da história da África e cultura

afro-brasileira e africana nos currículos escolares, ainda há muitos desafios para a elaboração de práticas que, efetivamente, materializem o que se espera pela referida lei, com a proposta de formação docente inicial e continuada com base em valores culturais plurais e epistemologias pós-críticas, discutidas interdisciplinarmente.

Existe uma urgência para que nos cursos de licenciatura, sejam rompidas as perspectivas de formação neutra e descontextualizada, propondo referenciais teóricos em que a ancestralidade, os saberes tradicionais africanos, indígenas e populares façam parte da matriz curricular dos projetos pedagógicos, de forma transversal e interdisciplinar. Alternativas possíveis e viáveis de combate aos tipos de racismo, discriminação por diversidade religiosa e cultural, fomentando uma formação pedagógica que possa atuar com ética e sensibilidade diante da pluralidade presente nas escolas públicas. Nessa perspectiva, destacamos a importância de se conhecer as ideias de Dussel (1980, 2021) sobre a construção da ética da libertação, em que pressupõe a alteridade como elemento fundante para a compreensão de si e do Outro, sobretudo, quando tratamos de refletir criticamente sobre a irracionalidade da modernidade, que justificou que os europeus por anos pudessem dominar, oprimir, violentar e silenciar outros povos durante o processo colonizador.

Ao se tratar de formação docente, a compreensão sobre a realidade social de maneira crítica, exige o rompimento de conhecimentos arraigados nos pressupostos do pseudo processo civilizatório imposto pelos europeus, que por anos, se configurou como pano de fundo na própria formação docente, com a perspectiva do colonizador sobre a história do Brasil.

Em Futuro Ancestral (2022), Ailton Krenak comenta da sua alegria ao saber que o Papa Francisco, representante de uma instituição religiosa de poder mundial, em suas recomendações para a educação, incluiu o pensamento de invocação dos ancestrais como forma da juventude atual enfrentar as crises que estamos vivendo. Assim Krenak (2022, p. 60) se expressa:

Fiquei feliz de saber que o Papa Francisco incluiu, em suas recomendações para a educação, a invocação dos ancestrais. Disse, para a imensa juventude que o ouve, que é preciso resgatar os vínculos com a ancestralidade. Achei isso, que

não é muito típico de um discurso de papa, maravilhoso, uma vez que a ideia foi abandonada no século XX como se fosse um atributo de culturas antigas e “primitivas”. O papa dizer que esse é um valor essencial para enfrentar as crises que estamos vivendo hoje me deu uma grande alegria, pois contribui para dissolver fronteiras culturais e raciais, e para que a gente possa falar de uma maneira mais respeitosa da diversidade cultural e da pluralidade da vida. Essas ideias deveriam orientar todo o repertório de quem trabalha com educação.

Por outro lado, Krenak nessa mesma obra foi cirúrgico ao escrever que “a política educacional no Brasil pensa que a escola é um prédio”, nos implicando a pensar a escola como um local que segue tirando todo o poder crítico do educador, sequestrando e aprisionando as crianças em salas de aula, dando a elas o conhecimento hegemônico eurocentrado dissociando-as inclusive de suas famílias. Reproduzindo discursos colonialistas em que os protagonistas da história desse país são marginalizados, arrancados dos seus lugares de sujeitos históricos.

Ao refletirmos sobre esses ambientes educacionais concordamos com os autores DAXENBERGER, ALBINO, SOBRINHO (2023, p. 243), que propõe:

Essa revolução da consciência não tem um lugar especial para acontecer, mas consideramos a escola comum local privilegiado para promoção de uma educação libertadora, uma educação para a cidadania, [...] Pensar por essa perspectiva, nos coloca como protagonistas nesses processos e, não mais, como coadjuvantes.

Nesse sentido, devemos direcionar os processos educativos para a formação docente de forma a preparar o educador para atuar como intelectual transformador, não limitante, capaz de compreender as contradições sociais vividas em comunidade e de intervir pedagogicamente na sociabilização dos indivíduos.

A formação continuada é igualmente decisiva para que os professores possam atualizar seus conhecimentos, revisar suas práticas e responder aos desafios contemporâneos da educação. Selma Garrido Pimenta (1999), há anos, publicava que a formação contínua devia ser concebida como um espaço de reflexão crítica sobre a prática, e não apenas como atualização

técnica. Para ela, a formação continuada tem caráter político-pedagógico, pois permite ao professor reavaliar sua função social e seu compromisso com a transformação da realidade escolar.

Na perspectiva decolonial e contra o movimento antropoceno, a formação continuada deve oportunizar o contato com saberes e práticas pedagógicas pós-críticas, em oposição àquelas hegemônicas, muitas vezes ausentes na formação inicial. Oficinas, rodas de conversa, vivências culturais, estudos dirigidos sobre epistemologias africanas, indígenas e latino-americanas, bem como o intercâmbio com comunidades tradicionais e movimentos sociais, são caminhos possíveis para a organização de uma formação continuada significativa e coerente com a valorização cultural.

Paulo Freire (1996, p.15) ao afirmar que "ensinar exige respeito aos saberes dos educandos", nos lembra que o professor deve também estar disposto a aprender continuamente em comunidade, a se reeducar em contato com a realidade concreta dos estudantes. Isso inclui ouvir outras vozes, reconstruir conceitos e transformar o cotidiano escolar em um espaço de justiça social e de produção coletiva do conhecimento. Essa proposta é extremamente fecunda para os contextos brasileiros, onde a diversidade cultural e religiosa se manifesta cotidianamente, inclusive nas salas de aula.

Ao articular formação inicial e continuada com a perspectiva de valorização cultural e decolonial ao longo do desenvolvimento profissional, é imprescindível compreender o professor como mediador entre o currículo e a realidade dos estudantes. Desse modo, o docente, em sua prática pedagógica, pode reinterpretar o currículo prescrito à luz das vivências culturais, das desigualdades sociais e das demandas de sua comunidade escolar.

Além disso, é necessário destacar que o desenvolvimento profissional docente deve se constituir como processos colaborativos, onde os professores dialogam entre si, compartilham experiências e constroem coletivamente novos sentidos para sua prática. Esse movimento é fundamental para evitar o isolamento docente na escola e para fortalecer a construção de uma identidade profissional crítica, antirracista e intercultural.



A articulação entre formação inicial e continuada ao longo do desenvolvimento profissional, quando guiada por uma proposta decolonial contribui para a construção de uma prática docente comprometida com a complexidade da educação brasileira. É um processo que demanda investimento institucional, em políticas públicas com vistas à equidade social e educacional e, articulada com a construção de uma identidade docente que assuma a pauta da educação das relações étnico-raciais na sociedade brasileira.

É fundamental que a universidade, as redes de ensino e os espaços de formação continuada incorporem as vozes de pensadores e pensadoras contemporâneos africanos e latino-americanos, reconhecendo que a luta por uma educação mais justa passa pela valorização de todas as formas de conhecimento, pois é “gravíssimo as escolas continuarem ensinando a reproduzir esse sistema desigual e injusto” (Krenak, 2020, p.58).

## **ELEMENTOS TEÓRICOS VINCULADOS À SUPERAÇÃO DO PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO ÀS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA**

Ao se tratar de religiões de matriz africana na construção da identidade brasileira na área da educação é preciso situar o ponto de fala ao leitor. Estamos nos reportando, então, à África Negra, aquela região destacada por certos autores como uma região *totalmente africana*, com características próprias da sua etnografia, história e constituição cultural (DJAIT, 1982; RIBEIRO, 1996; SILVEIRA, 2014, 2021). Para tanto, no que se refere à temática, correspondem aos povos originários sudaneses (iorubas, gegês e fantiashantis - Nigéria, Daomé e Costa do Marfim) e bantos (angola-congolenses e moçambiquenses - Congo, Angola e Moçambique). Nesse aspecto, Silveira (2014, 2021) destaca cinco elementos na constituição da identidade e cultura afro-brasileira: religião, religiosidade, ancestralidade, energia vital e poder feminino.

No tocante à constituição da cultura religiosa africana no Brasil, os sudaneses, com destaque para os iorubas, foram aqueles que tiveram maior expressão, difundindo o *Culto aos Orixás*, e originando a religião afro-brasileira denominada *Candomblé*. Essa difusão é possível de ser

analisada sob a ótica de se configurar em um culto com uma estrutura que se aproximava da organização do catolicismo cristão romano. O Candomblé surge, assim, com a organização religiosa estruturada num panteão, com semelhanças e características muito próximas a organização do panteão Católico, o que favoreceu a prática religiosa por parte dos africanos trazidos ao país (VIANA FILHO, 1946; SILVEIRA, 2014, 2021). Posteriormente, numa recriação cultural, utilizando-se da associação e do sincretismo dos Orixás com os Santos Católicos, observa-se o surgimento da *Umbanda*, como um culto brasileiro com fundo de matriz africana (SILVEIRA, 2021).

No entanto, algumas diferenças nas práticas religiosas podem ser observadas nas manifestações africanas e afro-brasileiras. O culto aos Orixás na África Negra tem rituais internos secretos, mas as comemorações ocorrem num formato de “culto popular e de rua”, assumindo características de uma festa profana atrelada ao ato secreto e religioso (RIBEIRO, 1996; SILVEIRA, 2014). Na constituição cultural religiosa brasileira tem-se um “fazer religioso” no Brasil, expresso no Candomblé, com a separação entre o sagrado e o profano durante o ritual. O ritual é desenvolvido numa cerimônia envolvendo gestos, movimentos corporais, objetos sagrados, evocações e despertando emoções que adquirem o *poder* para organizar o espaço e o tempo e personificar a relação entre os seres humanos e o divino (CHAUÍ, 1995; SILVEIRA, 2014, 2015, 2017).

A parcela do culto popular e de rua, presentes no Candomblé, vem assumindo novos papéis e forças na sociedade. Culturalmente, a expressão da cultura religiosa afro-brasileira tem ocupado gradativamente mais espaço na música, em festas como carnaval e maracatu e nas práticas corporais como danças, capoeira, dentre outras brincadeiras e jogos. É o religioso em expansão para além da área circunscrita pelo “terreiro” (SILVEIRA, 2021).

No que se refere à religiosidade, como um estado religioso que não necessariamente implica em assumir uma religião estabelecida em seu sistema de crenças, práticas e rituais; esse estado vincula-se nas formas de exposição do indivíduo à sua felicidade. Para Silveira (2021, p.194)

[...] a religiosidade, a partir do conceito existente na África Negra, apresenta sentidos e significados que são materializados e potencializados nas formas de exposição do indivíduo à sua felicidade. Para tanto, demanda-se especial

atenção e cuidado com a preservação da mesma, haja vista que a força é adquirível, transmissível e pode aumentar ou diminuir até seu esgotamento[...]

Nesse aspecto, a religiosidade pode ser encontrada na religião, no culto à ancestralidade e no culto à energia vital. O Culto à Ancestralidade é uma prática comum entre sudaneses e bantos. Consiste na evocação de espíritos de pessoas que foram respeitadas e importantes no caminho espiritual e que desenvolveram determinada ação na Terra; passando pela morte física e ganhando um poder espiritual como ancestral. Essa conotação leva ao entendimento de que o corpo existe em diversas dimensões, funcionando com base na troca de energias (LEITE, 2008; SILVEIRA, 2014).

O Culto à Energia Vital pode ser observado como uma prática religiosa recorrente entre os povos que configuram toda a África Negra. Ele está presente no Culto aos Orixás e no Culto à Ancestralidade. Entretanto, ele por si mesmo, assume uma expressão de religiosidade manifestada pelos variados grupos étnicos representantes do continente africano. Trazido ao Brasil, ganhou expressão nas diversas manifestações culturais afro-brasileiras presentes, por exemplo, nos hábitos alimentares, folclóricos, de trabalho e de lazer. E é no corpo que se encontra sua morada, transformação e expansão na sociedade (SILVEIRA, 2014, 2015, 2017, 2021). Para o Silveira (2021, p.195)

O corpo pode ser considerado como o *hard core* (núcleo duro) que concentra as informações primordiais para o estudo da temática referente à religiosidade africana e a constituição cultural das religiões afro-brasileiras. É o polo de conexão entre o divino e o material [...] Desse modo, o corpo pode ser concebido como um canal preenchido por energia vital, uma força que é manipulada nos rituais com vistas a ligar ao corpo material a essência espiritual no contexto da existência.

E, nesse processo de manipulação da energia vital, deparamo-nos na constituição cultural das religiões e religiosidade de matriz afro-brasileira com o poder feminino. A importância e empoderamento feminino na sociedade diferencia esses cultos daqueles de matriz eurocêntrica. A mulher assume o papel de suma importância na organização social e manutenção

da vida, manipulando as forças no processo de corporação. Para Greiner (2005), a corporação é efetivada nas religiões e religiosidade de matriz afro-brasileira numa ação que ocorre no corpo, na materialização espiritual do divino nas ações que permitem a continuidade da vida do ser humano.

## **A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO ESPAÇO FORMADOR**

Como já anunciado, este item apresentará o módulo 5 do curso do projeto de extensão universitária sob o título “Identidade afro-brasileira e enfrentamento do racismo: construindo novas relações sociais” que se caracterizou como um projeto desenvolvido junto a rede municipal de ensino no município de Areia, com estudantes da educação básica. O objetivo deste projeto era trabalhar com estudantes da rede municipal de educação no município de Areia, estado da Paraíba, com o intuito de contribuir para a autoafirmação étnico-racial de “adolescentes oriundos de Assentamentos de Reforma Agrária, comunidades rurais e comunidades Quilombolas, além de promover formação docente via remota para diferentes redes de ensino e fomentar a parceria entre universidades” (USP, UFAL, NEABI e outras) (UFPB, 2021, p. 1).

Destaca-se que desde 2012, a primeira autora foi proponente ou colaboradora de ações de extensão com o foco de direitos humanos, inclusão e etnicidade. Ao longo dos anos, percebeu-se, sempre, a necessidade de formação continuada para que os docentes em atuação pudessem se atualizar e compreender os elementos formativos da identidade brasileira, de valorização e respeito à diversidade cultural e religiosa, sobretudo, para a construção de novas relações sociais e o enfrentamento ao racismo (DAXENBERGER, ALBINO, SOBRINHO, 2023).

Sendo assim, no ano de 2021, em plena pandemia de Sars-covid II, com o isolamento social necessário, à execução do projeto de extensão supracitado ocorreu, junto às escolas que também vivenciavam a pandemia e com aulas virtuais. Dentre as ações do projeto, estava previsto um curso de formação docente, via plataforma *Google class*, com participação de professores formadores externos e internos da UFPB. Assim estava previsto: “O curso de formação docente tem por objetivo fomentar a discussão sobre a identidade afro-brasileira e propor o debate e discussões sobre práticas de

superação da discriminação racial na escola e na sociedade.” (UFPB, Projeto do Curso, 2021, p. 2). Ele foi organizado em diferentes módulos, com a apresentação do conteúdo por meio de estudo teórico e a participação em encontros ao vivo, via plataformas digitais. Os participantes do curso foram cerca de 66 cursistas, sendo eles, professores, universitários, gestores, educadores sociais e outros interessados na temática.

O Curso teve 60h (sessenta horas), durante o período de junho de 2021 a março de 2022. O desenvolvimento do curso se deu por meio de estudos teóricos orientados pelos professores envolvidos no curso de formação e com um encontro síncrono, via plataforma *Google class*, uma vez por mês. Vale destacar que os professores externos são afiliados a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), a Universidade Estadual de São Francisco (UESF) nos Estados Unidos da América, além dos membros do Neabi e da própria UFPB.

Os módulos desenvolvidos no curso de formação foram: i) A importância da educação para as relações étnico-raciais; ii) A educação para as relações étnico-raciais na escola e o racismo estrutural; iii) A invisibilidade do protagonismo negro no Brasil: as pesquisadoras negras; iv) Educação física e o fortalecimento da identidade afro-brasileira; **v) Religião e religiosidade de matriz africana;** vi) Os desafios dos jovens negros e negras ao ingresso a educação; vii) O racismo no Brasil contemporâneo: Velhas e novas formas de enfrentamento. (grifo nosso)

Para o desenvolvimento de cada módulo, os cursistas deveriam ler os textos indicados, assistir e participar nas aulas síncronas, e ao final era enviado um link de presença e perguntas temáticas sobre o tema.

O módulo que queremos destacar é o módulo 5 - Religiosidade de matriz africana, que tínhamos como foco o que está previsto na BNCC sobre “Identidades e Alteridades; manifestações religiosas; crenças religiosas e filosofias de vida” (BRASIL, 2018, p. 437). Na BNCC (2018), o princípio de alteridade e interculturalidade são norteadores para se discutir aspectos relacionados ao ensino religioso, pois promovem o reconhecimento das diferenças e promovem a cultura da paz com o respeito às diferenças.

Especificamente sobre o módulo 5, destacamos os aspectos constituintes das religiões de matriz afro-brasileira, visitando o Culto aos Orixás, o Candomblé e a Umbanda; bem como o entendimento da

religiosidade de matriz afro-brasileira presente nas religiões, no culto aos ancestrais, no culto à energia vital e na personificação do poder feminino na organização, manutenção e continuidade da vida em sociedade. Para isso, os cursistas tiveram como base a leitura de duas obras de Silveira (2013, 2015). Na primeira obra, Silveira, apresenta os elementos constitutivos sobre à religião, o candomblé e a religiosidade de matriz africana, tanto sobre os Orixás, a Ancestralidade e Energia Vital. Na segunda obra, o mesmo autor traz uma discussão sobre o corpo na religiosidade africana e na cultura religiosa afro-brasileira, com apontamentos sobre a necessidade de se ter formação docente para o respeito e conhecimento aos elementos culturais que fazem parte de nossa cultura, como por exemplo a capoeira. Assim ele se expressa:

Pensando na questão do corpo com base no foco da religiosidade de matriz africana trazida para o interior da escola como conteúdo de ensino, pode-se citar a prática da capoeira. A capoeira constitui-se num elemento cultural africano que foi trazido para o interior da instituição escolar como conhecimento a ser estudado, apropriado, resignificado e transmitido entre as gerações [...] (SILVEIRA, 2015, p. 57)

Com a leitura, apresentação feita pelo professor formador, e a participação dos cursistas, a discussão sobre a temática foi efetuada à busca de compreensão sobre como os elementos de religiosidade afro-brasileira estão tão presentes em nosso cotidiano. Sendo assim, entendemos que o curso de formação, no qual o módulo 5 estava inserido, propôs o que Daxenberger, Albino e Sobrinho (2023, p. 252) falam sobre a possibilidade da extensão universitária se constituir como um processo formador emancipatório. Assim eles se expressam:

[...] No percurso de produção da pesquisaextensão, compreendemos que a escola em seu modo clássico pode reproduzir práticas coloniais escravocratas quando se negam a buscar o voo do pássaro anunciado no início do estudo. Revisitar as camadas da história no processo de autoidentificação, mesmo que fluída e temporária, é papel civilizador e compromisso ético com o currículo escolar. A práxis curricular antirracista se faz necessária no cotidiano escolar de maneira refletir os processos discriminatórios e excludentes que, por anos silenciou os grupos minoritários na sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação docente para atuar com práticas em atendimento à educação das relações étnico-raciais se constitui num desafio ao longo do desenvolvimento profissional. Os dados resultantes de uma ação de extensão universitária mostraram-se como uma grande oportunidade formativa, especialmente, no que tange a quebra de preconceito, rompimento com estereótipos e discriminação, aquisição de conhecimentos e a construção de novas relações sociais no campo do respeito e valorização das religiões e religiosidade de matriz africana.

Nesse sentido, é possível afirmar que estudos teórico-práticos em extensão universitária que fundamentam a constituição cultural brasileira, a partir de reflexões sobre religiões e religiosidade de matriz afro-brasileira permitem aos professores revisitarem suas práticas pedagógicas e proporem novas ações para a promoção de processo de desconstrução de preconceitos, discriminações e silenciamentos, bem como para a ressignificação, junto aos estudantes, de elementos religiosos e de religiosidade de matriz afro-brasileira na identidade cultural do país.

## REFERÊNCIAS

- ABAOMY. *Dossiê 20 anos da lei 10.639/2003: A Paraíba fez sua lição?* Organização Durvalina, Rodrigues Lima de Paula e Silva, Terlúcia Maria da Silva, Uliana Gomes da Silva. -- 1. ed. -- João Pessoa, PB: Livreditora: Abayomi - Coletiva de Mulheres Negras na Paraíba, 2024.
- ARANTES, Adlene, GONDRA, José Gonçalves, & Barros, Surya Aaronovich Pombo de. (2022). *História da Educação e Populações Negras*. Revista Brasileira De História Da Educação, 22(1), e207. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/64218> Acesso 6 julho 2025.
- BRASIL. *Lei 10.639*, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Senado, 2003. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm) Acesso 05 jul 2025.
- BRASIL. *RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2*, Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e

institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), Brasília: CNE, 2019. Disponível em <https://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso 04 jul 2025.

CARDOSO, Laura Patrícia Aguiar, HORÁCIO, Heiberle Hirsberg. *A imprescindibilidade da interculturalidade crítica ao Ensino Religioso não confessional para a escola*. *Revista Educação e Emancipação*, São Luís, v. 16, n. 3, set./dez. 2023, p.71-97. DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2358-4319v16n3.2023.40> Acesso 05 jul 2025.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

DAXENBERGER, Ana Cristina Silva, ALBINO, Angela Cristina Alves, SOBRINHO, Rosivaldo Gomes de Sá; *Um currículo de relações: análise de práticas de (auto)conhecimento e diversidade étnico-racial no espaço escolar*. *Revista Educação e Emancipação*, São Luís, v. 16, n. 3, set./dez. 2023, p. 232-258. DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2358-4319v16n3.2023.46> Aesso 05 jul 2025.

DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação: crítica à ideologia da exclusão*. Trad. George I. Massiat. São Paulo: Paulus, 2021.

DÜSSEL, Enrique. *Para uma ética da libertação latino-americana: acesso ao ponto de partida da ética*. São Paulo: Loyola, v. 1, 1980.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>. Acesso 11 de jul 2025.

GREINER, Christine. *O corpo: pistas para estudos indisciplinados*. São Paulo: Annablume, 2005.

LEITE, Fábio. *A questão ancestral: África Negra*. São Paulo: Palas Athena: Casa das Áfricas, 2008.

KRENAK, Ailton. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. 1a. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

PIMENTA, Selma Garrido. *Formação de professores: identidade e saberes da docência*. In: PIMENTA, Selma Garrido. (Org). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez Editora, 1999. p. 15-34.

RAMOS, Géssica Priscila. *A Resolução CNE nº 2/2019 e o desmonte das licenciaturas no Brasil*. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 18, e6237193, p. 1-21, jan./dez. 2024 DOI: 10.14244/reveduc.v18i1.6237



RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. *Alma Africana no Brasil: os iorubás*. São Paulo: Editora Oduduwa, 1996.

SANTANA, Celia. (2023). *Comemorar e resistir: possibilidades pedagógicas e os vinte anos da Lei 10.639/2003*. *Palavras ABEHrtas*, (especial). Disponível em <https://palavrasabehrtas.abeh.org.br/index.php/palavrasABEHrtas/article/view/90> Acesso 04 jul 2025.

SILVEIRA, Sergio Roberto. *Currículo e a cultura afro-brasileira: um estudo sobre a energia vital e a manifestação motora e corporal*. In: DAXENBERGER, Ana Cristina Silva; SOBRINHO, Rosivaldo Gomes de Sá. (Orgs.) *Comunidades quilombolas e diversidade étnico-racial: diferentes olhares e perspectivas*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p.133-152.

SILVEIRA, Sergio Roberto. *O corpo na religiosidade africana e na cultura religiosa afro-brasileira: implicações na formação de professor*. In: Ana Cristina Silva Daxenberger, Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho. (Org.). *A diversidade como princípio dos estudos étnico-raciais*. 1ed. João Pessoa: Editora Tempo, 2015, v. 1, p. 47-60.

SILVEIRA, Sergio Roberto. *Ancestralidade e implicações culturais religiosas afro-brasileiras na seleção de conteúdos*. In: DAXENBERGER, Ana Cristina Silva; SOBRINHO, Rosivaldo Gomes de Sá; SILVA, M.L. (Org.). *Educação e etnicidade: diálogos interdisciplinares*. 1ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017, v. 1, p. 134-147.

SILVEIRA, Sergio Roberto. *A constituição cultural religiosa afro-brasileira e sua relação com a religiosidade africana e o corpo*. *Diálogos*, Maringá-PR, Brasil, v. 25, n. 3, p. 186-201, set./dez. 2021. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/60131/751375153296>. Acesso 13 julho 2025.

UFPB. *Projeto de Extensão Identidade afro-brasileira e enfrentamento do racismo: construindo novas relações sociais*. Sigaa: UFPB, 2021.

UFPB. *Relatório do projeto de Extensão Identidade afro-brasileira e enfrentamento do racismo: construindo novas relações sociais*. Sigaa: UFPB, 2022.

UFPB. *Relatório do curso de extensão Fortalecimento da identidade afro-brasileira*. Sigaa: UFPB, 2022.

UFPB. *Curso de extensão: Fortalecimento da identidade afro-brasileira, número identificador*. PJ048-2021. Sigaa: UFPB, 2022.

VIANNA FILHO, Luiz. *O negro na Bahia*. Rio de Janeiro, 1946.